

O SERVIÇO SOCIAL E O MUNDO RURAL BRASILEIRO: A AUSÊNCIA DE UM DEBATE

TARCÍSIO AUGUSTO A. DA SILVA*

1. INDUSTRIALIZAÇÃO À BRASILEIRA

As mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 1950 representaram em sua totalidade a adequação do país ao moderno sistema produtor de mercadoria, adequação que se pautou na continuidade de uma posição de subordinação ao capital mundial e aos modelos de desenvolvimento que já se encontravam em franco questionamento nos países centrais. O marco dessas transformações se evidenciou sobretudo na intensificação da urbanização pautada no desenvolvimento fundado na industrialização e viabilizado pela formação de centros de atração populacional, como no caso do Sudeste e da própria construção de Brasília (DF). A base da industrialização que se experimentou aqui foi possível graças ao endividamento externo que serviu para enriquecer grandes grupos empresariais às custas do empobrecimento de parcela da população, como se constatou na concentração de renda que se cristalizou, inclusive, no período posterior à década de 1950, na ditadura militar.

A emergência de um Brasil moderno se condensou no debate sobre a superação da idéia de *vocação agrícola*, tão defendida pelos setores da oligarquia rural, que apontava nossa continentalidade como argumento, bem como da posição de destaque que o setor primário exportador gozava no cômputo das contas nacionais. A defesa da industrialização como passaporte do país para o grupo das nações em desenvolvimento tornou o tema da *vocação agrícola* uma discussão obsoleta do ponto de vista econômico.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi o termômetro para agudizar o fenômeno que se espalhava, levando o setor secundário a ter um papel fundamental na balança comercial brasileira. No nosso caso, a industrialização direcionou-se sob a ótica que rege o sistema de modo geral, a desigualdade regional. Os eixos Sudeste, Centro e Sul do país tornaram-se receptores de investimento e infra-estrutura, transformando rapidamente as formas de apropriação do espaço nestas regiões.

Se, no plano econômico, novas relações se estabeleceram, foi no político e social que os efeitos da modernização da sociedade brasileira convergiam a ponto de dar visibilidade às mudanças que vinham se processando. A fragilidade da oligarquia rural neste período pôs em xeque o poder dos chefes políticos, mesmo mantendo em seus redutos fortes influências sobre a massa de pobres.

Contudo, se, efetivamente a industrialização do Brasil consistiu numa remodelagem do poder político, implicando na formação de uma elite industrial que soube sobrepor-se à oligarquia rural representante do atraso, é certo que pouco se mudou na estrutura agrária e na realidade do mundo rural brasileiro. Atualmente, com a entrada de capitais no investimento do agronegócio surge

uma (re)formação de novos centros de desenvolvimento regional, como o que vem ocorrendo com a região Centro-Oeste. Ao analisar a modernização e a industrialização da agricultura, Muls (1997: 11) afirma que *“a agricultura brasileira não escapou do processo de expansão e consolidação do capitalismo, embora nem todas as regiões, setores e ramos tenham sido afetados da mesma maneira e no mesmo nível”*.

A modernização que atingiu a agricultura se deu não pela mudança na estrutura agrária, que permanece intocável, mas pela superação da posição de que a agricultura representaria um obstáculo à industrialização, bem como pela idéia de que o rural numa condição de subordinação ao urbano estaria fadado a desaparecer. Observa-se que, ao incorporar-se ao ritmo global da economia, o rural passou, através da agricultura, não apenas a ser um demandante de produtos e serviços urbanos como também a convertê-los em novas mercadorias (turismo rural, plantas geneticamente modificadas, o estilo *country* de ser etc).

Será justamente esta lógica que fundará o conceito de “novas ruralidades” e “novo rural” por se apresentarem como equivalentes, no sentido de indicar uma constante e crescente diversidade de atividades não-agrícolas, além da permanência das tradicionais atividades agrícolas no espaço rural. É pouco evidente que no bojo do processo de industrialização tenham-se materializado algumas melhorias no tocante a determinados elementos da vida dos brasileiros, mas foi a partir do binômio industrialização/urbanização que se verificou a frágil rede de saneamento em várias regiões do país e as precárias condições de subsistência nas quais a nascente classe operária teve que se condicionar.

Nunca é demais exortar que as benesses posteriores provocadas pelo desenvolvimento, ao contemplar determinadas melhorias nos padrões de vida de uma dada população, envolveram de maneira esquemática uma forma de apropriação de recursos que uma classe social obteve de outra. Desta forma, o acesso a bens e serviços que implicam em melhoria de qualidade de vida, quando não limitado a quem pode pagar por eles, envolve-se nas características assistencialistas destes serviços como um instrumento de dominação de classe.

Ainda que a progressiva modernização tenha trazido melhorias que possibilitaram observar pequenas mudanças no quadro social (como o aumento da expectativa de vida), tal processo não possibilitou apenas a constatação desse progresso: paralelo a isso se herdou o *mandonismo das oligarquias rurais*, um desenvolvimento que se apoiou na crescente concentração de renda, altas taxas de migração das populações rurais, caracterizadas pelo êxodo rural, e a *espoliação urbana*, materializada pelas precárias condições de vida nas cidades e pela exploração intensiva da força de trabalho. Junto a isso, no meio rural ocorreram lutas sociais que colocaram na “ordem do dia” a questão da reforma agrária enquanto mecanismo de democratização da posse da terra e dos recursos que dela a população poderia auferir.

É no conjunto das transformações que ocorreram no bojo da industrialização brasileira, e especificamente na atualidade, que discutiremos os impactos do desenvolvimento do país associados ao campo. O cerne da discussão tem, todavia, sua centralidade na ausência de diálogo ou, melhor dizendo, nas reduzidas análises das questões relativas ao mundo rural na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro.

2. AS FACES DO MUNDO RURAL BRASILEIRO: UM NICHOS DE CONTINUIDADES

As constantes mudanças pelas quais a sociedade brasileira vem passando permitem-nos vislumbrar um duplo sentido neste processo: de um lado, as mudanças atingem em sua amplitude um universo considerável de relações, estilos de vida, produtos e serviços demandados pela sociedade numa determinada fase de seu processo de desenvolvimento; de outro, observa-se que tais mudanças, por mais homogêneas que se pretendam ser, impactam de maneira diferenciada sob dadas contextualidades. O que vai ser determinante na intensidade do grau de mudança que uma sociedade venha a sofrer está relacionado à correlação de forças estabelecida entre as várias classes que a compõem. São os interesses hegemônicos que orientam a intencionalidade das mudanças, mas também a resistência de determinada classe que limita sua extensão.

Assim, parece ser expressivo afirmar que, por mais desenvolvida que seja, dentro dos padrões capitalistas a realidade brasileira é ainda bastante multifacetada, convivendo no cerne de suas contradições espaços produtivos altamente modernizados e inseridos na globalização/mundialização, duplamente excludentes, e outros nos quais ainda reinam práticas produtivas tradicionais, assim como as relações sociais que lhe fundam. Por mais que se tenha dado ênfase às taxas de urbanização nas quais o Brasil se defrontou nas últimas décadas, é fato que existem regiões e microrregiões em que a população rural perfaz o grande contingente de habitantes, a exemplo da Zona da Mata meridional de Pernambuco¹.

Esta realidade tem sido relegada pela políticas públicas de desenvolvimento, mas não da visão assistencialista de políticos, os quais, dando conta do poder de arregimentação que os movimentos populares possuem, têm buscado obter o controle principalmente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) destas cidades através do financiamento das campanhas sindicais de chapas pelegas.

A modernização do campo, através do uso cada vez mais intensivo de insumos agrícolas (fertilizantes, adubos e agrotóxicos) gerados pela indústria, tem se confrontado com as críticas lastreadas no discurso ambientalista de utilização de mecanismos naturais como estratégia autocorretiva que respeita o ciclo vegetativo dos ambientes. O problema ambiental ligado ao atual modelo agrário-agrícola é resistente a tais críticas e funda-se na concepção de que a produção no capitalismo tem como referência o consumo das massas, inclusive

¹ Esta região é composta por dezesseis cidades, algumas das quais possuem quase metade de seus habitantes na área rural, como Água Preta.

a trabalhadora, o que significa produção em escala, produção social e não produção individual (Silva, 1994).

É necessário produzir em grandes quantidades para que se possa alimentar a população, uma vez que precisamos evitar o descompasso entre a progressão geométrica de crescimento populacional e a progressão aritmética da produção de alimentos, como colocam os malthusianos. Esta posição focaliza por sua vez a falácia capitalista de que todos têm acesso em condições iguais aos alimentos produzidos pelo sistema, visto que o problema não é simplesmente de produção mas de acesso ao que é produzido. Neste sentido, as respostas à crise ambiental presente no atual estágio do capitalismo não devem ser buscadas nas questões técnicas, pois não existe técnica sem intencionalidade e esta é produto das relações sociais que determinam quem deve usufruir os produtos auferidos pela tecnologia. Porto-Gonçalves (2004: 18) elucida este problema com bastante propriedade, ao dizer que *“ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico”*.

As faces do rural brasileiro se expressam também pelos dados relativos à educação rural, reduzida às políticas públicas de criação de escolas rurais, sem enfatizar a necessária formação pedagógica e a ênfase na realidade social nas quais estas escolas estão inseridas. Isto tem repercutido na qualidade da educação oferecida às comunidades rurais, o que pode ser avaliado pelos seguintes indicadores divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2003:

1. 34% dos jovens que moram no campo não estudam;
2. Em relação a anos anteriores, existem menos professores e instituições de ensino;
3. Das 107.432 escolas existentes no país, metade possui apenas uma sala de aula e oferece, exclusivamente, o ensino fundamental de 1ª a 4ª série;
4. A escolaridade média da população de quinze anos ou mais que vive na zona rural é de 3,4 anos, quase metade da média da zona urbana, que é de sete anos.

Mais um sinal das desigualdades no sistema educacional brasileiro pode ser encontrado no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que identificou a lacuna entre crianças da 4ª série do ensino fundamental do campo em relação à cidade. A pesquisa, referente a 2004, mostra que é de 29,2 pontos a diferença de rendimento entre alunos que estudam em áreas rurais em relação aos que estudam nas áreas urbanas. Amputadas as críticas feitas à metodologia utilizada pelo INEP para mensurar os conhecimentos dos estudantes, uma vez que desconsidera as diferenças regionais, tais dados expõem o quão frágil se mantêm as políticas públicas voltadas para população rural do país.

Salvo os efeitos do deslocamento do eixo econômico do campo para cidade na segunda metade do século XX, o rural brasileiro continua com o estigma de repulsão populacional por ser encarado como espaço de atraso condicionado pela ausência de uma infra-estrutura básica que possa absorver tanto os estratos populacionais residentes quanto atrair investimentos que possam viabilizar uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, mesmo que em longo prazo. Em termos de migração, o Nordeste brasileiro manteve-se na década de 1990 como uma região na qual a generalização e a intensificação do êxodo rural continuaram presentes, mesmo em contextos políticos e econômicos que seriam limitantes para tal fenômeno, seja a política agrária desenvolvida nesta década, seja, do ponto de vista econômico, a forte crise no emprego urbano, o qual deveria funcionar como um elemento inibidor do fluxo migratório na região.

Para Targino, Moreira e Figueiredo (2004: 133-134), dentre os elementos que corroboraram para que este fenômeno mantivesse seu fôlego estariam o aumento da concentração fundiária, a expansão da lavoura mecanizada (como a soja nos cerrados da Bahia, Piauí e Maranhão), o crescimento da pecuária extensiva na região semi-árida e a crise da produção canavieira em toda a zona canavieira do Nordeste Oriental, entre outros. Para Wanderley (2005: 39),

mesmo considerando o processo, por muitos apontados, da “desruralização” da população, os rurais nordestinos equivalem hoje a 35% da população total da região, com variações entre os estados, que vão de 26% em Pernambuco a 48% no Maranhão. Estes dados nos permitem supor que a “questão regional” nordestina passa, de uma certa forma, pela solução dos problemas rurais

Desse modo, a ausência de oportunidades é, dentre outros elementos, o que possibilita um fenômeno atual que vem sendo investigado por Ricardo Abramoway (1998) em seus estudos sobre agricultura familiar: a masculinização e o envelhecimento da população rural. Apesar de se referirem a pesquisa realizada no Sul do país, estes dados podem ser generalizados para outras regiões se observamos, por exemplo, na Zona da Mata pernambucana a quantidade de domésticas que trabalham em bairros nobres da capital. Mesmo afirmando que a migração seletiva que vem ocorrendo no Sul não pode ser explicada por uma suposta atração favorável provocada pelo mercado de trabalho urbano em relação às moças, antes pelas perspectivas mais favoráveis aos homens do que as mulheres nas unidades familiares de produção (Abramoway, 1998), poderemos ainda assim supor que os *espaços vazios*, conforme conceituação de Wanderley (2005), são consequência direta da predominância da grande propriedade patronal, o que, no caso da região canavieira pernambucana, poderia explicar um *Commuting rural* entre as mulheres. Para aquela autora (idem: 36),

é a perda de vitalidade dos espaços rurais que gera o que se pode chamar de “questão rural” na atualidade; emerge precisamente quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios

Quanto ao envelhecimento da população que vive no campo, a explicação encontra-se no êxodo rural que atinge uma grande parcela de jovens. Dos migrantes rurais nordestinos nos anos 80, 58% eram mulheres, especialmente no grupo entre quinze e vinte anos de idade (Abramoway, s.d.).

A preocupação com a questão da produção de conhecimento em relação ao problema dos atingidos por barragens vem tomando corpo nos últimos anos. Essa expressão da realidade rural brasileira já vinha sendo objeto de estudos, principalmente antropológicos, como forma de auxiliar órgãos públicos nos cuidados com as populações residentes em áreas de interesse de construção de tais empreendimentos. Mais que avaliar os impactos de projetos de desenvolvimento sobre as populações, os antropólogos têm agido como mediadores entre estas e os planejadores.

O drama dos atingidos por barragens parece não terminar neste século em que as promessas em torno da produção de energia têm encontrado um solo fértil nos discursos do governo, uma estratégia que se afasta, pelo seu caráter autoritário, dos legítimos interesses das populações afetadas pelos megaprojetos do Estado brasileiro. Das várias implicações que a construção de barragens tem trazido para as populações “tradicionais”, podemos citar o êxodo rural, a migração forçada, o aumento do desemprego, a violência, o esfacelamento da cultura do povo e da vida comunitária etc. Antes que um problema com interfaces na “questão rural”, a produção de conhecimento dentro desta problemática insere-se também como necessária à discussão sobre os impactos ambientais daí decorrentes.

Por sua vez, no contexto da questão agrária brasileira, o tema da reforma agrária tem mobilizado diversos esforços interpretativos que vão desde a diversidade de modelos defendidos à própria noção de inviabilidade histórica, tão espalhada publicamente pelos meios de comunicação, principalmente a escrita. O certo é que, como um elemento que nunca deixou de estar no centro do debate sobre a realidade rural brasileira, sua radicalização após as Ligas Camponesas só encontrou nova radicalidade com as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, mais do que questionar a perpetuação de propriedades improdutivas no país, vem dando ênfase à negação do grande latifúndio enquanto bandeira real de luta.

Já a atuação dos STRs tem apresentado uma certa retração no embate em relação à reforma agrária, com o foco de suas ações pautando-se bem mais na mobilização em torno dos recursos provindos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), através de suas participações nos Conselhos de Desenvolvimento Municipal. A questão que se instaura aqui não é o apoio às ações voltadas para a agricultura familiar, que podem favorecer as várias famílias de agricultores: o problema se manifesta no fato de que é preciso primeiro garantir a terra para que se possa nela plantar, o que só se viabilizaria em regiões de alta concentração fundiária e extensiva utilização da monocultura por meio da reforma agrária. Neste sentido, é ilustrativo o caso da região canavieira de Pernambuco, especificamente na Zona da Mata meridional, onde a dita “crise do setor canavieiro” não afeta em nada a distribuição de terras, mantendo-se intocada como patrimônio das usinas.

Considerando o exposto até agora, nos perguntamos: qual seria a importância do levantamento desses elementos constitutivos da realidade rural brasileira para o Serviço Social? Por que ele ainda não se apropriou dessa realidade como objeto mais profícuo de seus estudos? Tentaremos não responder tais questões de maneira conclusiva, mas levantar hipóteses que possam nortear nossa reflexão e, assim, contribuir para um debate em torno da despreocupada atenção do Serviço Social nesse aspecto em particular.

3. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RURAL: A URGÊNCIA DE UM DEBATE

A evidência de que existe uma lacuna na produção de conhecimento, ou mesmo da inserção dos profissionais de Serviço Social nos problemas relacionados ao meio rural, não são novos. O texto de Severina Garcia (1999: 186) publicado no Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais denunciou com veemência esse vazio, apontando a ausência do debate sobre uma das expressões da questão rural de nosso tempo, os *assentamentos rurais*:

*A ausência do tema questão agrária no âmbito profissional do Serviço Social é flagrante. Um giro na produção acadêmica, incluindo os Anais dos Congressos e a revista **Serviço Social e Sociedade** relativa ao período compreendido entre finais da década de 1970 até meados dos anos 90, pode ser ilustrativo. O pequeno espaço no debate do Serviço Social contrasta com a centralidade sócio-histórica que assume a luta pela terra no país*

Entre a situação encontrada e a assinalada pela pesquisadora, em comparação com os dias atuais, percebe-se que a atenção dada ao tema continua lacunar, carente de trabalhos investigativos que possibilitem compreender a dinâmica dos elementos que lhes são constitutivos, como é o caso da ação dos movimentos sociais no campo. Não fica ao lado, por sua vez, a compreensão das possibilidades de inserção e atuação do Serviço Social nesta área. Esta observação nos possibilita afirmar que a defesa da reforma agrária no âmbito da profissão se expressa de forma latente quando são discutidas as especificidades da questão social no Brasil. Porém, a defesa de uma equitativa e verdadeira distribuição de terras tem sua opção ratificada no Código de Ética dos Assistentes Sociais por compreender uma associação entre os princípios de justiça, norteadores do Código, e os caminhos emancipatórios que conduzirão a classe trabalhadora a uma sociedade igualitária.

Sabemos, no entanto, que a reforma agrária não é um indicador de mudança macrosocial, mas seu alcance pode efetivamente melhorar as condições de vida de milhares de trabalhadores, o que nos indicaria que a reforma agrária seria uma transformação na base de distribuição desigual da terra, não uma mudança estrutural de nossa atual formação social. Ao invocarmos aqui a problemática da reforma agrária estamos entendendo-a em sua expressividade como uma das manifestações da questão social no Brasil, que se materializa pela própria conceituação da questão social como politização das desigualdades sociais. Neste sentido, vários autores têm afirmado que esta

politização seria o pólo de atuação do trabalho dos assistentes sociais, focalizando a prática da assessoria junto aos movimentos sociais voltados para a reforma agrária e contribuindo para a mobilização e tensionamento desses movimentos frente às estratégias das forças do capital atuantes no campo.

Aqui já parece ser possível anunciarmos nossa primeira suposição em relação à tímida contribuição que a produção de conhecimento nas escolas de Serviço Social tem dado em relação aos temas pertinentes à realidade rural brasileira: *o Serviço Social tem sido encarado como uma profissão eminentemente urbana e que, por isso, distancia-se das questões relativas ao meio rural*. De fato, tanto em sua gênese européia (no século XIX) quanto brasileira (no século XX), o trabalho do assistente social emerge no seio de uma realidade urbana que se revelava como o pano de fundo de grandes transformações societais.

Neste sentido, ao surgir como resultado das contradições presentes na sociedade capitalista, especificamente no período pós-Revolução Industrial, no cerne de um processo de urbanização sem precedentes, o Serviço Social não escapa à própria noção de vida urbana e materializa-se enquanto uma profissão que se insere neste contexto, incorporando as matizes da questão social em sua dimensão cidadina. É dessa forma que, no caso brasileiro, os assistentes sociais vêm-se inseridos no Plano de Metas dos anos 60, tornando-se um agente importante do processo de desenvolvimento econômico e distensionando os conflitos entre capital e trabalho, uma vez que o Serviço Social podia ser entendido como uma técnica que pudesse auxiliar o desenvolvimento econômico do país.

É relevante observar que a institucionalização desta profissão no Brasil remete a um significado social do Serviço Social que só pode ser apreendido globalmente em sua relação com as políticas sociais do Estado implementadas pelas entidades sociais e assistencialistas (cf. Iamamoto e Carvalho, 2004: 308). Isso nos aproxima do entendimento de que, se o Estado esteve ausente através e por meio dessas políticas da vida no campo, fica evidente a mesma ausência e interesse dos assistentes sociais por ela. O Serviço Social seria entendido, no período do desenvolvimentismo, como instrumento de compensação das disfunções que o processo de crescimento econômico poderia gerar, de maneira que as ações profissionais vinculavam-se estreitamente a uma concepção de trabalho positivista, como nos exorta Estevão (1999: 31):

No começo da década de 1960, os assistentes sociais assumem o desenvolvimentismo, e sua atuação, ao tornar-se mais técnica, fundamenta-se na busca de neutralidade, frieza e distanciamento em relação aos problemas tratados e no aprimoramento de métodos

Mesmo pela visibilidade do êxodo rural, o trabalho do assistente social nestes momentos focalizou as conseqüências e não as causas deste fenômeno, praticando a “assistência” para os imigrantes que passam à categoria de Exército Industrial de Reserva, isso no período em que o Serviço Social estava voltado para o entendimento da assistência não enquanto direito mas enquanto “caridade”.

Cientes de que a história do Serviço Social não se resume apenas a um posicionamento acrítico da realidade, mas que em seu trajeto, principalmente no Brasil, assume uma postura de enfrentamento da questão social privilegiando a noção de lutas de classes como pano de fundo para a compreensão dos problemas então existentes, poderemos ainda assim continuar afirmando que, mesmo diante do movimento de reconceitualização do Serviço Social, a atenção dada à questão rural na profissão permanece influenciada pela sua gênese urbana.

Uma leitura dos Anais do último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XIº CBAS), realizado em Fortaleza (CE) em outubro de 2004, dá visibilidade a essa constatação. Dos 1169 trabalhos inscritos apenas 25 (incluindo pôsteres) versavam sobre alguma temática relacionada ao meio rural, elemento que nos indica que, por mais emergente que tal temática possa ser no cômputo das pesquisas em Serviço Social, como observou Garcia (1999), a discussão sobre a questão rural brasileira se configura ainda a partir de um interesse periférico sobre o assunto, tampouco se materializando com a devida importância para a profissão. Da sessão temática que envolveu os grupos de trabalho *Questão urbana e o direito a cidade* e *Questão agrária e o acesso à terra*, a **Agenda Política** (cf. CBAS, 2004) traçada aponta para a preocupação daqueles(as) que já se sensibilizaram por temáticas direcionadas ao meio rural. Todavia, como se percebe, os trabalhos têm, em sua grande maioria, abordado apenas uma das faces (a questão agrária) de um campo de estudo tão extenso como o rural brasileiro.

Isso comprova que o Serviço Social tem estado ausente no debate sobre o rural, sobretudo na repercussão da globalização nos sistemas agro-alimentares, os quais envolvem, na atualidade, muito mais do que questões produtivas, dimensões éticas e ecológicas, tendo rebatimento na própria qualidade de vida que se pretende ter tanto na cidade quanto no campo. Por outro lado, a Agenda Política definida nesta sessão temática indica uma preocupação maior na qual a questão agrária está envolta, na medida em que busca

1. definir estratégias para ocupar e ampliar os espaços de exercício profissional no âmbito das políticas sociais para o campo;
2. participar do *Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo* e da campanha pelo limite da propriedade rural;
3. contribuir com o processo organizativo e com as lutas dos trabalhadores pela reforma agrária e pelo conjunto de políticas públicas que assegurem direitos;
4. criar e ampliar mecanismos de aprofundamento de estudos e debates sobre a questão agrária nos espaços da formação, do exercício profissional e das entidades de representação da categoria.

Estes pontos da Agenda revelam um claro interesse de uns poucos pesquisadores dentro do Serviço Social pelo debate que envolve a questão rural brasileira. Sem dúvida, mesmo mantendo uma centralidade discursiva

tendo como epicentro a questão agrária, isso já aponta, mesmo que de forma muito sumária, para possibilidades de compreensão dos problemas concernentes à vida no campo de forma mais ampla, se considerarmos o item 1 acima transcrito.

Aqui emerge uma outra suposição com relação ao tênue interesse dos assistentes sociais pelas questões relativas à vida rural: *a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro é essencialmente recente*, o que talvez não tenha permitido a estes vincularem seus objetos de estudo ao mundo rural brasileiro, uma vez que também as escolas de Serviço Social localizam-se em centros universitários urbanos, muitas vezes ausentes eles próprios do debate sobre o mundo rural. Por outro lado, a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia formaram um conjunto de ciências na qual o Serviço Social buscou durante muito tempo os fundamentos para sua prática profissional. Foi no bojo da necessidade de explicação direta das causas de desajustamento social dos indivíduos, elaboradas de maneira científica, que se iniciou a institucionalização da formação acadêmica dos assistentes sociais. Iamamoto e Carvalho (2004: 202) analisam esta necessidade, afirmando que

essa evolução nos métodos de assistência passou a exigir também daqueles que a eles se dedicam um preparo adequado e metódico, e é o que justifica o aparecimento das escolas de Serviço Social

Entretanto, mesmo com surgimento destas escolas observa-se que a sistematização do conhecimento dar-se-á ainda por meio de um *empirismo* voltado para Ação Social, como ratificam aqueles autores (idem: 224):

As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica. As próprias técnicas não possuem uma teorização que as possa sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática

A criação da primeira Pós-Graduação *strictu sensu*, em nível de mestrado, por sua vez, data de 1972, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), só dezesseis anos depois surgindo o primeiro doutorado em Serviço Social da América Latina, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), possibilitando a construção de conhecimento nesta área. Silva e Carvalho (2004) exortam que a Pós-Graduação em Serviço Social será considerada como forma privilegiada para a formação de recursos humanos de alto nível, para a produção do conhecimento e enquanto eixo qualificador da profissão. Para elas, a formação dos profissionais através da pesquisa procurou romper com visão positivista de separar teoria e prática, *“situando os assistentes sociais como meros sujeitos da intervenção profissional e consumidores de teorias construídas por outras disciplinas profissionais”*.

Contudo, mesmo contribuindo de maneira sistemática, a partir de então, para abordagens sobre categorias como direitos sociais, cidadania, Estado, políticas públicas, seguridade social etc., tais contribuições, se utilizarmos os congressos desta categoria profissional como termômetros, comprovam o olhar

citadino do Serviço Social e a ausência de um diálogo mais profícuo com as questões relacionadas ao rural brasileiro. É preciso, portanto, enxergar o rural como espaço de contradições patentes de nossa sociedade por registrar diferenças que se operacionalizam não apenas no plano do acesso a bens e serviços materiais, mas nas manifestas *identidades* e *reivindicações* da vida cotidiana (cf. Wanderley, 2005: 33) e que, por isso, demanda respostas específicas a seus problemas, o que lhe dá pertinência enquanto objeto de estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do segundo tópico deste artigo nos indagávamos sobre qual a importância do levantamento de elementos constitutivos da realidade rural brasileira para o Serviço Social. A resposta a essa questão parece se conformar com a idéia de que a forte vinculação urbana da profissão, mediante sua filiação à cidade e, conseqüentemente, aos problemas advindos do processo de industrialização, carece ser apreciada à luz da totalidade da questão social e de suas diversas manifestações. É dessa forma que o entendimento dos problemas emergentes das sociedades industrializadas não pode estar dissociado de sua análise sobre a questão rural, uma vez que não vislumbramos aqui a defesa de concepções dicotômicas entre o rural e urbano, muito menos a idéia de *continuum*, mas de inter-relação. Isso nos faz crer em espaços distintos num processo inter-relacional que provoca efeitos mútuos sobre ambos os espaços.

O rural brasileiro é um espaço de profundas contradições, nele tendo se formado nossa sociedade (que não nasceu urbana). Ele abriga, porém, vastas questões nas quais o Serviço Social poderá de maneira sistemática fornecer reflexões que possam trazer avanços a debates como, por exemplo, o da previdência para os trabalhadores rurais. O estudo sobre o rural, ao contrário de mostrar-se esgotada quanto às questões que dela possam emergir, tem demonstrado seu vigor em ciências como Sociologia, Geografia, Economia e Educação e resguardando-se como campo de atuação propício às contribuições que o Serviço Social poderá lhe fornecer, como já prenunciam o incipiente interesse dos poucos pesquisadores da área.

Assim, não defendemos aqui para os assistentes sociais a posição de uma desvinculação histórica da gênese urbana na qual a profissão emerge, mas a “sensibilização” e o comprometimento com uma parcela da população muitas vezes esquecida ou às margens das políticas públicas brasileiras. Por viverem num espaço em que o crivo da modernidade não faz mais sentido, o discurso da sociedade moderna toma o lugar do campo como um espaço socialmente vazio. A lógica de subordinação espacial (moderno-atrasado) muitas vezes invocada para explicar as relações que se estabelecem entre a cidade e o campo é reflexo de um modelo explicativo do rural moldado no estereótipo construído para analisar aqueles que vivem nestas regiões, ou seja, a construção de um símbolo de atraso e submissão materializado no “*matuto*” reverte-se como determinante para as representações que a sociedade moderna faz do rural.

Faz-se necessária a quebra deste *fetice* que deforma a imagem da população do campo, uma vez que pode influenciar as políticas públicas voltadas para as áreas rurais do país. Isto, na verdade, se materializa quando o governo divulga o fortalecimento da agricultura familiar mas mantém a concepção de tecnologia agrícola voltada majoritariamente para a agricultura patronal capitalista. A importância de apresentar tais questões ao Serviço Social se insere nas contribuições que os assistentes sociais, enquanto categoria profissional, vêm historicamente fornecendo à sociedade brasileira através dos posicionamentos de seus órgãos representativos. Uma intensificação neste sentido, quanto ao entendimento da questão social refletida na realidade do campo, norteia-se pela opção e defesa intransigentes da justiça presente em seu Código de Ética.

Todavia, uma maior aproximação do Serviço Social com o mundo rural brasileiro não será fruto de uma sensibilização de seus profissionais, mas da progressiva maturidade e aprofundamento que as pós-graduações fornecerão para esta área do conhecimento e que, conseqüentemente, auxiliarão para a compreensão desta realidade. Para uma vasta gama de disciplinas inseridas no campo das Ciências Sociais o rural enquanto categoria de análise social ganha pertinência na atualidade pela variedade de questões apontadas: a presença de novos movimentos sociais, a contínua luta pela terra e a redescoberta do turismo, atividade não tradicional do meio rural (cf. Mota e Schmitz, 2002).

A permanente reflexão sobre esta categoria sugere o avanço com relação a análises sobre o mundo rural quase sempre equivocadas, a supor aquelas que têm se centrado na perda de autonomia e significação das sociedades rurais em detrimento da sociedade global. Mesmo considerando-se que é nos espaços urbanos que são definidas as políticas públicas relativas às demandas da população rural, é visível que o espaço rural mantém sua vitalidade enquanto objeto de estudo. Essa vitalidade, entretanto, não pode ser simplesmente entendida sob a ótica da economia, mas, sobretudo, das respectivas representações e identidades construídas em espaços sócio-culturais tão distintos como o são o campo e a cidade, o que não significa uma relação de oposição que inaugura um distanciamento mas de inter-relação, por compreendermos que o rural e o urbano absorvem mutuamente tanto os produtos materiais (mercadorias) criados em seus espaços quanto os não-materiais (estilos de vida, por exemplo), os quais também se convertem em mercadorias.

As identidades, no entanto, se configuram como o principal distintivo entre as populações rural e urbana, a ponto do cotidiano da vida no campo estar inserido num ciclo de regras que se distingue dos citadinos, uma vez que elas se fundam nos laços de proximidades e parentesco das populações residentes nestas comunidades rurais. Este fato conduz à possibilidade de políticas públicas diferenciadas para os rurais a partir de suas características e anseios, sendo este apenas um dos aspectos no qual os assistentes sociais têm ainda uma grande contribuição a dar para as populações, movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam e residem no campo, buscando intervir na melhoria da qualidade de vida e na equalização da questão social manifesta na questão rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramoway, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), 1998.
- _____. **A valorização do espaço rural, uma escolha de sociedade**, s.d. (mimeo)
- CBAS. **Agenda Política do XIº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. [www.Cfess.org.br/agenda_politica.pdf; acessado em 13.02.2004]
- Estevão, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- Garcia, Severina. "Assentamentos Rurais: expressão da questão agrária". In **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília, Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB), 1999.
- Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª ed. São Paulo, Cortez/CELATS, 2004.
- Mota, Dalva Maria da e Schmitz, Heribert. "Pertinência da categoria rural para análise do social". **Revista de Ciências Agrotécnicas**, 26 (2): 392-399. Lavras, mar.-abr., 2002.
- Muls, Nair Costa. "Modernização e industrialização da agricultura em direção a uma 'fabricação' do processo de trabalho?". **Raízes**, XVI (15), dez., 1997.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- Silva, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- Silva, Maria Ozanira da Silva e Carvalho, Denise B. Birche de. "A Pós-Graduação na área de Serviço Social no Brasil: produção de conhecimento e contribuição para a formação profissional". **Anais do XIº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. Fortaleza, out., 2004.
- Targino, Ivan; Moreira, Emilia de Rodat F. e Figueiredo, Erik Alencar de. "Aspectos da dinâmica da população rural do Nordeste brasileiro na década de 90". In Wanderley, Maria de Nazareth B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo, Polis; Campinas, Unicamp, 2004.
- Wanderley, Maria de Nazareth B. "A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural". In **Una nueva ruralidade en América Latina?** [Disponível em www.1ar/libros/wanderley.pdf., acessado em 05.01.2005]

* *Tarcísio Augusto A. da Silva é sociólogo (Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE), mestre em Serviço Social (Universidade Federal de Pernambuco/UFPE), professor da Faculdade da Escada (FAESC/PE) e assessor da Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP) das dioceses de Olinda e Recife. [deescada@yahoo.com.br]*